

Iniciativa do MDB, 1ª Delegacia da Mulher no Brasil comemora 41 anos

Por Adriano Ceolin, consultor da FUG

A criação da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) completa 41 anos, consolidando-se como um marco histórico na luta contra a violência de gênero no Brasil e no mundo. O projeto, que nasceu no Estado de São Paulo, transformou o atendimento a vítimas de crimes sexuais e agressões, oferecendo um ambiente acolhedor e especializado.

Então Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Michel Temer relata que a ideia surgiu após receber um grupo de mulheres que reclamava do atendimento precário e, muitas vezes, hostil nas delegacias comuns. Na época, o atendimento era realizado predominantemente por homens (delegados, escrivães e investigadores), o que inibia as vítimas de denunciar crimes sensíveis.

Temer propôs, então, uma solução inovadora: criar uma delegacia composta exclusivamente por mulheres. “A delegada, duas escrivãs, 20 investigadoras para atender a mulher? Elas se entendem”, recorda o ex-secretário sobre o estalo inicial da proposta. O governador Franco Montoro, entusiasta da participação social e descentralização, assinou prontamente o decreto criando a unidade.

O relato de Temer é confirmado por Rosmary Corrêa, também conhecida como Rose, que foi a primeira delegada da mulher da história. Em entrevista, ela contou a ideia surgiu a partir de um grupo formado por mulheres que havia participado da campanha do MDB em 1982, quando Franco Monteiro foi eleito governador de São Paulo. Aquela foi a primeira eleição direta para o Executivo estadual após a ditadura militar.

“Logo que começou o governo, elas [as mulheres do PMDB] pediram a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina”, disse Rose. “Ele [Montoto] era uma pessoa que tinha o lema da participação e descentralização. Ele foi, na realidade, que criou vários conselhos de direito”, explicou Rose, que era, na época, apenas a terceira delegada do Estado de São Paulo.

Rose contou que cresceu numa família de policiais, e que começou sua vida profissional como escrivã. “Claro que enfrentamos dificuldades. A primeira delegada de São Paulo foi a doutora Ivanete Veloso”, disse Rose, que sempre morou na Zona Norte de São Paulo. Ivanete Veloso prestou concurso em 1974. Na época, ela estava grávida do primeiro filho. Ela tomou posse no ano seguinte.

Em entrevista, Rose lembra que o funcionamento da primeira delegacia da mulher causou forte repercussão logo no primeiro dia quando se formou uma enorme fila de mulheres buscando atendimento. Em 1991, o projeto de delegacia de mulheres foi objeto de uma reportagem do jornal The New York Times. O texto foi publicado no dia 17 de novembro daquele ano.

“As delegacias de polícia feminina, que já somam 57 no estado de São Paulo, fazem parte de um esforço crescente para acabar com a impunidade judicial concedida aos homens que atacam mulheres na nação mais populosa da América Latina. Iniciadas em 1985, as delegacias contam com policiais mulheres e se especializam em crimes violentos contra a mulher”, escreveu o repórter James Brooke.

O Lançamento Histórico

Já uma reportagem da Folha de S. Paulo de 6 de agosto de 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi inaugurada naquele dia, localizada no Parque Dom Pedro. A reportagem destacava que a unidade passaria a funcionar das 8h às 18h nos dias úteis, com regime de plantão aos finais de semana, para atender mulheres vítimas de estupro, espancamento ou qualquer outra forma de violência.

Em entrevista à época da inauguração, Rosmary enfatizou a necessidade da nova estrutura: “Só assim poderemos terminar com a impunidade, acabando com este tipo de crime”, declarou, referindo-se ao fato de que muitas mulheres desistiam de registrar queixas por constrangimento perante policiais masculinos. Décadas depois, Rosmary relembra que a criação da delegacia foi uma das coisas mais importantes de sua vida e para o país.

Legado e Evolução

Desde a inauguração da primeira unidade no bairro da Mooca e, posteriormente, no Centro de São Paulo, o modelo se expandiu drasticamente. Hoje existem mais de 700 delegacias da mulher espalhadas pelo Brasil. Houve também aperfeiçoamento da legislação, especialmente a partir da Lei Maria da Penha, que entrou em vigor há 20 anos. Há 11 anos, também foi estabelecida a tipificação do crime de feminicídio.

Hoje, a importância da participação feminina na segurança e na política continua sendo pilar de discussão. O MDB, partido que deu sustentação a essa iniciativa histórica, implementou em seu estatuto a obrigatoriedade de pelo menos 30% de mulheres nos diretórios municipais, buscando garantir que a representatividade conquistada nas delegacias se reflita também nos espaços de decisão política.

A delegada Rose acha boa a iniciativa, mas ressalta que é preciso qualificar quadros partidário e não apenas “preencher vagas”. Segundo ela, o treinamento e qualificação

também são necessárias para melhorar o atendimento às mulheres. “Locais como hospitais e delegacias precisam, realmente, ter pessoas preparadas para recebê-las”, afirma Rose, que ainda é integrante do Conselho Estadual da Condição Feminina.

“Caminhos” para as mulheres

Lançado em outubro passado, o novo programa do MDB produzido pela Fundação Ulysses Guimarães reúne série de medidas em favor das políticas das mulheres. Intitulado “Caminhos para o Brasil”, o programa foi fruto de reuniões em todo o país e que envolveu especialistas nos mais diferentes assuntos. No caso das políticas para as mulheres, o “Caminhos” define os seguintes pontos:

Saúde da Mulher: O programa propõe dar atenção especial à melhoria da saúde das mulheres, sugerindo a criação de unidades especializadas voltadas às diferentes faixas etárias femininas. Além disso, defende a prioridade para as mulheres na implementação do prontuário eletrônico universal.

Trabalho e Economia do Cuidado: O documento reconhece que as mulheres são as principais provedoras em 49% dos domicílios brasileiros. Destaca também a importância da “economia do cuidado”, observando que mais de 70% das pessoas ocupadas nesse segmento são mulheres, e defende que o sistema de seguridade social deve se adaptar a essa realidade.

Acesso a Creches: Na área da educação infantil, o MDB propõe critérios de priorização para vagas em creches que beneficiem diretamente a autonomia feminina, destacando crianças em situação de monoparentalidade e aquelas cujas mães são economicamente ativas ou dependem da vaga para sua empregabilidade.

Combate à Violência: No eixo de segurança pública e prevenção, o plano prevê a intensificação de ações sociais e de conscientização em escolas e espaços públicos sobre situações de risco e violência contra mulheres e crianças.

Inclusão Produtiva: O programa aponta uma vulnerabilidade específica no mercado de trabalho para jovens mulheres (18 a 24 anos), observando que 30% delas estão fora do mercado, um índice superior aos 19% registrados entre os homens. Por isso, as estratégias de inclusão produtiva e educação técnica buscam reverter esse cenário de exclusão.